Fórum Municipal de Educação

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 REALIZADA EM **13/08/2015**

Às quatorze horas do dia treze de agosto de dois mil e quinze, no Auditório do Centro de Formação do Professor, da Secretaria de Educação agosto Juiz de Fora, deu-se início à sexta reunião ordinária do Fórum Municipal de Educação – FME. Estavam presentes: Ana das Graças Côrtes Rossignoli e Roberto Cupolillo, representando a Câmara Municipal de Juiz de Fora; Edson Rodolfo Visentin Ramos de Araújo, representando o Conselho Municipal de Educação; Elizabeth Derze Coppus, representando o Departamento de Ensino Fundamental; Carla do Carmo e Marlúcia Corrêa Soares, representando o Departamento de Educação Infantil; Juliana Nogueira Salume, representando o Departamento de Execução Instrumental; Isabella de Carvalho Aragão Villar Horsths, representando o Departamento de Inclusão e Atenção ao Educando, Fabiana Gonçalves Dias de Castro, representando o Centro de Atendimento Educacional Especializado; Rosane Marinho Guelber, representando o Departamento de Planejamento, Pessoas e Informação; Denise Vieira Franco, representando o Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação; André Luis Silva Avelar, representando os Diretores das Escolas Estaduais de Juiz de Fora; Cristinne Furtado Sachetto, representando os Especialistas das Escolas Estaduais de Juiz de Fora; Janaina Vital Rezende, representando os Diretores das Escolas Municipais de Juiz de Fora; Déadalva Ribeiro de Souza, representando os Coordenadores Pedagógicos das Escolas Municipais de Juiz de Fora; Leonardo Henriques Hauck, representando a Faculdade SENAI; Franciane Rabelo dos Santos, representando o Instituto Educação e Cidadania, Mateus Henrique Silva Pereira, representando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Luciane Aparecida Ribas, representando a Secretaria de Esporte e Lazer; José Márcio Bastos dos Santos, representando a Secretaria de Saúde; Priscila de Cassia Resende Franco, representando o Serviço Social do Comércio de Juiz de Fora; Maria Lucia Lacerda da Cunha e Roberto Jorge Abou Kalan, representando o Sindicato dos Professores; Selma Braga da Silveira Martins, representando o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Juiz de Fora; Nilza Iino da Silva, representando o SINTUFEJUF; Lívia Caldas Schubert Coelho, representando a Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora; André Silva Martins, representando a Faculdade de Educação/UFJF; Julvan Moreira de Oliveira, representando o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UFJF; Ana Paula Silva, representando a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora. Dando início aos trabalhos, Gláucia, secretária executiva do FME, justificou a ausência do diretor da E.M. Eunice Alves, professor Vicente. Denise justificou a ausência do coordenador Weverton, que estava em Belo Horizonte e não conseguiu voltar a tempo da reunião. Após, apresentou os pontos de pauta, perguntando se alguém teria algum destaque referente às atas da quarta e quinta reuniões. O professor Kalan se pronunciou solicitando que fosse acrescentado, na ata da quinta reunião, que os representantes do SINPRO, caso não tenha a conferência, também se retirariam do Fórum. Em seguida, Denise apresentou à plenária, como acordado na última reunião, um pré-texto para apreciação dos membros, que servirá como resposta ao ofício enviado pela Câmara Municipal. Após algumas considerações dos representantes do Legislativo sobre o PPA, LOA e LDO, o documento foi aprovado, por unanimidade, com alterações. Dando continuidade, Denise perguntou

se alguém teria alguma sugestão de pauta para a próxima reunião. O professor Kalan, pelo impasse na reunião passada entre audiência pública e conferência, questionou como isso seria resolvido, se estava garantida a realização da conferência, pois esse é um ponto vital. A vereadora Ana concordou com o professor de que a conferência seria o ideal, entretanto, ponderou que talvez não dê tempo, pois o plano, quando for para a Câmara, terá que passar, no mínimo, pela Comissão de Legislação, de Finanças e de Educação, cada vereador tem direito a três dias para dar o parecer e, somente após, vai para votação na plenária, podendo ainda algum vereador pedir vista. A vereadora Ana cogitou a possibilidade de ser feito um parecer conjunto dos vereadores, porém há uma resistência muito grande na casa para esse. Prosseguindo, solicitou a opinião do vereador Betão, nesse sentido, que se pronunciou dizendo que, quando vem uma mensagem do Executivo, pode-se para se dar um parecer conjunto, para agilizar o processo, mas pode-se ter como entrave a questão de gênero. Se o Fórum conseguisse resolver esse problema, da melhor maneira, então não teria problema na Câmara. Exemplificou com o Plano Municipal da Mulher, que ficou parado por questões de gênero. Concordou com a realização da conferência, com todo mundo discutindo e aprovando o plano, para assim ser encaminhado à Câmara. Reafirmou que o prazo final para a provação do plano é dia quinze de outubro. Denise questionou se o plano entraria integralmente na lei, pois as metas são para dez anos. O vereador Betão esclareceu que aquilo que será executado em 2016, teria que entrar na Lei Orçamentária Anual. Denise acrescentou que o que está previsto para ser executado no próximo ano, já consta no PPA, que é a universalização de 4 e 5 anos, que é obrigatória a partir de 2016. Em relação à pergunta do professor Kalan, de como a realização da conferência esbarra em questões administrativas e orçamentárias deste ano, Denise esclareceu que o representante da pasta do Executivo, o Secretário de Educação, que é o Coordenador do Fórum, quem poderá expor as dificuldades do Executivo e as demandas que o Fórum tem para a realização da conferência. Propôs então que não deveria se colocar a votação dessa questão no dia de hoje, por não termos subsidio do próprio coordenador. O professor Kalan reiterou que o problema falta de tempo, apresentado como justificativa para não se fazer conferência, substituindo por uma audiência pública, pareceu já estar resolvido com os esclarecimentos dos senhores vereadores, de que há um prazo, até quinze de outubro, garantindo que a discussão possa ser emitida pela conferência, que é uma instância bem mais ampla, mais bem representativa e que garante uma discussão democrática. Considera que a conferência é de suma importância para garantir a representatividade e dar respaldo ao documento a ser enviado à Câmara. Sugeriu que todos votem e aprovem como de início a realização da conferência. Complementando a fala do professor, Denise reiterou em deixar essa votação para a semana seguinte, uma vez que o Coordenador Weverton não estava presente e também para que as pessoas pudessem trazer propostas. A vereadora Ana quis deixar claro que não tem nada contra conferência, que isso seria o ideal, o que a preocupava era o prazo de quinze de outubro, lembrando que tem que passar por três comissões na Câmara e que a finalização dos trabalhos levaria, aproximadamente, vinte e sete dias. Entretanto, ponderou que, por se tratar de um plano municipal de educação, os vereadores poderiam dar o parecer em conjunto, mas que isso não poderia ser garantido, em virtude da ideologia de gênero. A seguir, o professor André Martins, da UFJF, reafirmou que todo esse processo poderia ter começado em 2013. Disse que quer acreditar que o município não poderia retroagir às suas funções históricas, pois o primeiro plano municipal de educação, construído aqui em Juiz de Fora, se fez com uma grande conferência. Quer acreditar também que a Câmara vai compreender a dinâmica, a urgência e a necessidade de aprovação do plano, pois a casa representa o povo e o Fórum é uma representação dos segmentos da sociedade. Acredita que a Câmara não vai fugir à sua responsabilidade

em entender essa dinâmica, porque senão quem perde: primeiro é o Prefeito, que sairá com uma carga negativa, por não estar atento a esse processo; o segundo é o Secretário de Educação, que poderia ter chamado isso lá atrás e não chamou; o terceiro grupo a perder seriam os técnicos da SE, que envidaram esforços na construção do diagnóstico; perderiam também os professores e a sociedade, ou seja, se a conferência não for realizada, todo mundo perde. Reiterou que o esforço do grupo deve ser de manter sim a conferência, de apostar na sua capacidade de construção, de agilizar os procedimentos, que são simples, que as votações podem ser encaminhadas, mesmo que não tenhamos garantia. Isso é melhor do que apostar no pior, em uma audiência que não espelha a nossa construção que é aquilo que o Brasil está fazendo. Deixou registrado também que foi realizada uma pesquisa, pelo professor Nícolas da Universidade Federal Fluminense, que analisou todos os planos municipais de educação do estado do Rio de Janeiro, identificando que todos os municípios não fizeram essas conferências e que, a maior parte deles, tinham os mesmos problemas, inclusive os mesmos erros de português, concluindo então que, as prefeituras contrataram empresas de consultoria para elaborarem seus planos. Esses municípios estão numa outra história de construção, tem uma outra dinâmica. André reforçou que todos devem envidar esforços para realizar a conferência, pois é possível. Quanto às questões operacionais, sugeriu de acionar nossos próprios mecanismos, não precisamos pagar um lugar, podemos usar o que temos, como por exemplo, escolas estaduais e a Universidade. Talvez tenhamos que dimensionar o tamanho da conferência e o número de participantes em função da limitação do espaço. Em seguida, o senhor Mateus, propôs que a definição de se ter conferência ou não fosse a primeira pauta da próxima reunião, pois muitas entidades já se pronunciaram em retirar sua representatividade no Fórum. Denise confirmou esse tema como primeiro ponto de pauta para o próximo encontro e solicitou que cada um trouxesse um desenho prático sobre a conferência, sugestões de ordem prática, para se pensar já em cima de algumas propostas. Todos concordaram. O professor André sugeriu a criação de uma comissão para pensar nesse desenho, sem prejuízo de outras propostas que venham a ajudar, se dispondo a participar, caso seja aprovada sua ideia. Denise informou que no regimento do PME já existem duas comissões, que poderiam ser aproveitadas, pois já estão aprovadas, tendo só que as pessoas se posicionassem para compor essa comissão, para já pensar num desenho e trazer na próxima semana. Foi aberta votação e todos foram favoráveis à criação da comissão e indicação de seis pessoas para pensar nos modelos possíveis para a conferência. Se propuseram a compor a comissão os membros: André Martins, Denise Franco, Franciane Rabelo, Janaína Vital, Mateus Pereira e Rodolfo Visentin. Todos concordaram com as indicações. A coordenadora pedagógica, da E.M. Santana Itatiaia, senhora Déadalva, colocou que não via necessidade de se prorrogar para a próxima semana, se vai ser audiência ou conferência, já que todos os presentes concordavam que têm que ser conferência, caso contrário a maioria se retiraria do Fórum. Denise ponderou que essa questão da audiência pública foi votada e aprovada na reunião do dia nove de julho. Com base nesses elementos, teremos que vir com uma nova proposta e votar novamente essa questão, pois não pode-se pisar numa ata que foi feita. Para ser mais democrático e coerente, Denise propôs dessa votação acontecer na próxima reunião. André complementou que, se foi criada uma comissão para organização da conferência, isso já sinaliza, positivamente, a sua realização. Entendeu que já está pré-aprovada, considerando prudente deixar essa discussão para o próximo encontro. Ninguém se manifestou contrário a essa sugestão. Às quinze horas e cinco minutos, Denise solicitou que os grupos de trabalho fossem divididos, para retomada do estudo das metas, propondo de não retornarem à plenária e prosseguir com os trabalhos até o final da reunião, às dezessete horas, para não perder tempo. Todos concordaram. Esta ata foi lavrada por Angela

Maria Pereira de Oliveira e Margarete Gonçalves Bittar de Castro e, após leitura e aprovação, será assinada por todos presentes. Juiz de Fora, 13 de agosto de 2015.

INSTITUIÇÃO	INDICAÇÃO	ASSINATURA
Secretaria de Educação de Juiz de Fora (Coordenador)	Weverton Vilas Boas de Castro	—
Câmara Municipal de Juiz de Fora	Titular: Ana das Graças Côrtes Rossignoli	
	Suplente: Roberto Cupolillo	assinar
Conselho Municipal de Educação – CME	Titular: Edson Rodolfo Visentin Ramos de Araújo	
	Suplente: Maria das Dores Oliveira Souza	—
Departamento de Ensino Fundamental – DEF	Titular: Elizabeth Derze Coppus	assinar
	Suplente: Gisele Zaquini Lopes Faria	—
Departamento de Educação Infantil - DEI	Titular: Carla do Carmo	Carla do Carmo
	Suplente: Marlúcia Corrêa Soares	Marlúcia Corrêa Soares
Departamento de Execução Instrumental - DEIN	Titular: Gilberto Alves	—
	Suplente: Juliana Nogueira Salume	assinar
Departamento de Inclusão e Atenção ao Educando - DIAE	Titular: Isabella de Carvalho Aragão Villar Horsths	assinar
	Suplente: Fabiana Gonçalves Dias de Castro	Fabiana Gonçalves Dias de Castro
Departamento de Planejamento, Pessoas e Informação - DPPI	Titular: Rosane Marinho Guelber	Rosane Marinho Guelber
	Suplente: Mª Clara Corrêa de Oliveira Cyrne	—
Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação - DPPF	Titular: Denise Vieira Franco	Denise Vieira Franco
	Suplente: Cláudia Márcia Barcellos Trindade	—
Escolas Estaduais de Juiz de Fora (Diretor Escolar)	Titular: André Luis Silva Avelar	assinar
	Suplente: José Carlos de Paula	—
Escolas Estaduais de Juiz de Fora (Especialistas)	Titular: Cristinne Furtado Sachetto	assinar
	Suplente: Andréa Otoni Antunes Sales da Cruz	—
Escolas Municipais de Juiz de Fora (Diretor Escolar)	Titular: Janaina Vital Rezende	assinar
	Suplente: Vicente de Paula de Almeida	—
Escolas Municipais de Juiz de Fora (Coordenador Pedagógico)	Titular: Déadalva Ribeiro de Souza	
	Suplente: Lucimeiry Trindade de Oliveira	—
Faculdade SENAI	Titular: Vander José Montesse do Amaral	—
	Suplente: Leonardo Henriques Hauck	assinar
Instituto Educação e Cidadania e Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH	Titular: Franciane Rabelo dos Santos	
	Suplente: Mateus Henrique Silva Pereira	assinar
Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica Pública	Titular: Marco Antônio dos Santos Maurício	—
	Suplente: Maria Aparecida da Costa Silva	
Secretaria de Desenvolvimento	Titular: José Francisco de Oliveira Sobrinho	—

Social - SDS	Suplente: Leandro Barros Ribeiro	—
Secretaria de Esporte e Lazer – SEL	Titular: Carlos Bonifácio	—
	Suplente: Luciane Aparecida Ribas	
Secretaria de Saúde - SS	Titular: José Márcio Bastos dos Santos	assinar
	Suplente: Anderson Luis da Silva de Almeida	—
SESC/JF e SENAC/JF	Titular: Priscila de Cassia Resende Franco	
	Suplente: Luiz Henrique A. de Deus	—
Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - SINEPE/SUDESTE	Titular: Anna Gilda Dianin	—
	Suplente: Erickson Luiz de Aragão	—
Sindicato dos Professores – SINPRO	Titular: Maria Lucia Lacerda da Cunha	
	Suplente: Roberto Jorge Abou Kalan	Roberto J.A. Kalan
Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Juiz de Fora - SINAAE/JF	Titular: Marcos Aurélio Menezes Matos	—
	Suplente: Selma Braga da Silveira Martins	assinar
SINTUFEJUF	Titular: Rosangela Márcia Frizzero	—
	Suplente: Nilza Iino da Silva	
SRE/Juiz de Fora	Titular: Fernanda Cristina de Paula Ferreira Moura	—
	Suplente: Lívia Caldas Schubert Coelho	
UFJF - FACED	Titular: André Silva Martins	assinar
	Suplente: Rubens Luiz Rodrigues	—
UFJF - PROGRAD	Titular: Fábio da Silva Fortes	—
	Suplente: Roselene Perlatto Bom Jardim	—
UFJF – NEAB e Conselho Municipal de Valorização da População Negra	Titular: Julvan Moreira de Oliveira	
	Suplente: Rosemary Pereira Gonçalves	
Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Juiz de Fora	Titular: Ana Paula Silva	
	Suplente: Aparecida Arlinda de Carvalho	—